

	Autor	Contribuição
1	Wellyene Gomes Bravo Membro do Conselho Participativo Municipal do Campo Limpo	Ponderou que a tecnologia ainda não está acessível para muitas pessoas, dando sequência, menciona que a reunião virtual não garante a participação até mesmo quem tem acesso a uma boa internet. Acerca dos quiosques que passaram no vídeo, questiona se eles vão estar disponíveis para o registro das contribuições presenciais. Pergunta também sobre um diagnóstico completo do PDE, pois entende que a Prefeitura apenas lista um monte de coisas que precisam ser feitas. Destaca sua frustração em relação à implementação do PDE. Asevera que em sua opinião muito pouco foi efetivado e o mercado tomou esse espaço. Desse modo, afirma que não teriam sido construídas as habitações sociais necessárias para diminuição das desigualdades no município. Disse que o poder público não está agindo, que existe uma verticalização descontrolada, por exemplo, em Paraisópolis, com inúmeros riscos de engenharia. Cita ser lamentável que o poder público não tenha atuado para implementar uma lei tão bem escrita quanto o PDE de 2014.
2	José André Araújo Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização e também Conselheiro do CPMU (representando o Instituto Inácio Monteiro), e Conselheiro Municipal de Habitação (representando a União de Moradores da Zona Sul)	Afirma que não houve demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas áreas dos Eixos de Estruturação Urbana, que estas deveriam destinar as unidades construídas nessas áreas para famílias, pois empreendimentos estão focando em produtos para investidores, que utilizam essas unidades para especular. A cota de solidariedade deveria ter a alternativa determinada pelo CPMU e não pelo empreendedor. O Conselho é que deveria decidir qual interesse público que deve prevalecer entre 10% da área para HIS ou os recursos para o FUNDURB. Relativo à gestão democrática, observou que o CPMU deveria ser deliberativo. Ainda, apontou que os Conselhos Regionais de Habitação deveriam ter sido instalados. Relacionado com a mobilidade, a transformação do modelo energético seria importante para nosso transporte ser movido por energia limpa. Destaca, por fim, a questão do lixo que precisa de uma destinação adequada. Menciona falha na mobilização para a participação social nas oficinas que serão realizadas aos sábados, especialmente a que ocorrerá em Parelheiros.

3	<p>Luciana Araújo Integrante da Mobilização Saracura Vai-Vai (reúne moradores, pesquisadores sambistas, e artistas multiculturais do bairro do Bixiga)</p>	<p>Alerta que ainda permanecem os efeitos da pandemia de Covid-19 e isso ainda seria um problema para eventos presenciais com aglomeração. Informa que a mobilização Saracura Vai-Vai começou após descoberta de sítio arqueológico nas obras da linha laranja do metrô. Explica que seus membros estão se articulando para demonstrar a relevância do Quilombo Saracura e que seja garantida a formalização de um projeto de valorização patrimonial e seja transmitido o valor do descoberto para toda a comunidade. Afirma que o poder público, lamentavelmente, não tomou iniciativa de proteger tal patrimônio, tendo em vista que a licença foi fornecida pelo IPHAN, em 2015, independentemente de uma pesquisa arqueológica. Isso, mesmo sendo o Bixiga um sítio histórico específico, importante para investigação da história da população negra. Por isso, demandam a redesignação da estação como Saracura Vai-vai e construção de um memorial permanente para resgatar a história e promover essa reparação. Inclusive reconhecer a história da Escola de Samba que foi desalojada da região. Informa também que os mobilizados não são contra o metrô, até porque ele vai auxiliar a mobilidade daqueles que precisam trabalhar no centro e moram nas periferias em áreas carentes. Disse que esse grupo exige o cumprimento da legislação, levando em conta que as terras quilombolas são de tombamento automático e bens da União e isso não pode ser ignorado. Fala de reunião realizada com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade (CONPRESP), razão pela qual gostariam que este sítio fosse inserido no PDE. Inclusive, para que o planejamento seja feito sem expulsão da população, pois moradores do local já foram expulsos no passado para a construção da Avenida 09 de julho e “Minhocão”, não podendo se repetir a história.</p>
---	---	---

4	<p>Antônio Pedro de Sousa Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (FACESP)</p>	<p>Ressaltou a questão da cota de solidariedade. Instrumento que não estaria atingindo sua finalidade já que mercado tem evitado promover aproximação das distintas classes sociais, com opção de adquirir terrenos mais distantes para produzir habitação de interesse social ou apenas repassar dinheiro ao FUNDURB, mantendo um <i>apartheid</i> social. Menciona a importância da notificação de descumprimento da função social da propriedade, e que não tem sido implementado o IPTU progressivo. Sobre as ZEIS, há muita demora em produzir HIS nessas áreas, e elas são muito cobiçadas, nesse ínterim estão produzindo moradia para fundos de investimento, para especular, ao invés de habitação social para baixa renda. Pergunta sobre a atualização das outorgas, questiona em que sentido seria essa atualização mencionada na apresentação realizada. Esclarece que aumentar o valor das outorgas onerosas seria vantajoso, pois o mercado está aquecido; diminuir seria temerário. Aponta que o Conselho Participativo Municipal - CPM cumpre papel importantíssimo no CPMU e antes da pandemia já se assiste um esvaziamento desses conselhos. Observa que, na Região do M'Boi Mirim, a Subprefeitura está sendo conduzida de forma "coronelística" sem considerar os Conselhos, pois entende que a sociedade Civil deveria ser mais respeitada, e os conselhos podem dar uma excelente contribuição para a sociedade local.</p>
5	<p>Nilda Neves Coordenadora dos Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB) e Movimento pelo Direito à Moradia, Conselheira do CPMU e do FUNDURB</p>	<p>Considera que na reunião estão presentes poucos representantes dos movimentos populares, e aguarda que nas oficinas presenciais tenha uma maior participação para efetiva contribuição com a revisão do PDE. Declarou que se sentiu contemplada pelas falas anteriores em relação à habitação e a outorga. Acrescenta que mesmo com recursos, verifica baixo investimento municipal nas áreas mais empobrecidas e de risco da cidade. Na região do M'Boi Mirim verifica que somente em época de eleição é que há atenção para as famílias. Tais atitudes não geram obras estruturais e não executam um planejamento eficiente. Menciona que as Subprefeituras atuam de forma eleitoreira e não há planejamento de bairro. Sendo certo que já houve um maior engajamento, mas que hoje não tem mais espaço para isso. Destaca que a real participação dos moradores é fundamental para fiscalizar e existir um controle social efetivo. A política de habitação precisa estar mais integrada com a mobilidade da cidade, falta implementar muitos corredores de ônibus planejados. Existe uma produção habitacional pelo mercado que não atinge as famílias que mais precisam e que estas seguem morando em áreas sem infraestrutura e continuam sem acesso às políticas públicas habitacionais.</p>

6	<p>João Moreirão Conselheiro da FACESP, Conselheiro Participativo Municipal da Casa Verde/ Limão/ Cachoeirinha, membro do CMPU pela Macrorregião Norte 2</p>	<p>Cita que a Prefeitura, por meio da SMUL, apresenta muito o que pretende fazer, mas que nunca se chega ao fim dessa estrada, do que se faz, para saber o que já aconteceu na cidade, e como foi a aplicação do Plano Diretor. A construção de um diagnóstico e de propostas é algo essencial para ajudar na discussão, e foca insistentemente no método e não se chega na conclusão. Com base na apresentação transmitida entende que o PDE não está cumprindo com seus objetivos. Afirma que estamos permitindo uma distopia, no sentido de manter uma boa infraestrutura no centro e nos eixos e perpetuar uma cidade precária nas periferias. Afirma que já é tempo de se ter uma política séria de áreas de riscos, e não entender que se o mercado tem interesse é área de risco, mas se o mercado não tem interesse não é risco. Os critérios são principalmente determinados por interesses, deixando de lado uma análise do risco real. As pessoas tem deixado uma área de risco para simplesmente ir para outra, pois é isso que sua renda lhe permite. Habitação de Interesse Social não teve uma política séria de construção de moradias populares, a prefeitura tem priorizado parcerias público-privadas (PPP), o que o levou a conclusão que não haverá moradias populares. Isso, pois, por exemplo, em sua região existe uma área com 6.000 famílias, uma comunidade consolidada, e foi feita uma PPP para construção de 3.000 apartamentos. Sendo desses 1.800 apenas para faixa de renda de 1 até 3 salários mínimos. De 3 até 6 salários serão feitas 600 moradias, e 6 até 10 salários mínimos serão construídas 600 habitações. Destacou que para as 1.800 unidades habitacionais para a Faixa 1, as pessoas precisam ter crédito aprovado por banco comercial, o que inviabilizaria o atendimento para os moradores da comunidade. As pessoas não têm emprego regular, carteira assinada, têm dívidas e estão excluídas do mercado de crédito formal. No mais, mencionou que destas 1.800 unidades habitacionais, apenas 15% poderão ser distribuídas por meio de outros critérios a serem definidos pela COHAB, que não se sabe quais são. Assim, uma comunidade consolidada, com residências de alvenaria, com comércio e empresas, aguarda a regularização fundiária e urbanização, mas a prefeitura vai lhe entregar uma política de habitação popular que lhes expulsa com um auxílio aluguel insuficiente. Ao invés de regularizar e urbanizar constrói no local unidades habitacionais que não atende à população residente. Por fim, destacou que o horário é inadequado para a participação das lideranças populares, pois não podem participar de uma audiência no horário comercial.</p>
---	---	---

7	<p>Luciana Araújo Integrante da Mobilização Saracura Vai-Vai (reúne moradores, pesquisadores sambistas, e artistas multiculturais do bairro do Bixiga)</p>	<p>Complementa informando que existe uma preocupação dos mobilizados em evitar uma nova gentrificação no local, pois os mais pobres do local estão sendo expulsos, e a vinda do metrô não pode intensificar esse processo, descaracterizando o bairro e intensificando uma expulsão que sempre ocorre e que não pode continuar se reproduzindo. Toda a vez que há avanço e desenvolvimento a população mais vulnerável é sacrificada, sendo expulsa para mais longe.</p>
8	<p>Elisabeth Salgado Consultora de urbanismo e Representante da Associação Alameda Gabriel Monteiro da Silva,</p>	<p>Pondera que o déficit habitacional demanda um esforço enorme. Entende que as zonas de estruturação tem muito incentivo para adensamento, o que é interessante. Zona Central deve ser mais ocupada e adensada. Destacou ser um tabu as Zonas Estritamente Residenciais (ZER), estando em 30% das áreas de urbanização consolidada, de tal sorte que elas são cortadas por corredores que não comportam mais o uso estritamente residencial. Há muitos imóveis ociosos nessas zonas, e ainda que não seja momento de refazer o Plano Diretor, mas apenas revisá-lo. Seria importante retirar entraves para permitir discussões posteriores que viabilizassem tirar esses imóveis da ociosidade. Cita como entrave o artigo 27, do PDE, e um de seus incisos, o XLV, diz "<i>nos perímetros das zonas exclusivamente residenciais ZER-1 e nos corredores existentes não incidirão índices e parâmetros urbanísticos menos restritivos do que aqueles atualmente aplicados</i>", acrescenta que o PDE não deve dar esse nível de detalhe, pois isso impede a discussão na revisão da Lei de Zoneamento para melhor aproveitamento de ZERs que perderam a vocação para isso. Denunciou que existem corredores longos na região do Morumbi que poderiam estar sendo ocupados com uma densidade maior, muito diferente das densidades hoje registrada em determinadas ZERs. Comenta que a habitação de interesse social deve mesmo ser prioridade diante do déficit que é inaceitável.</p>

9	Fernanda Dennis Membro da Associação dos Amigos do Novo Mundo, da Vila Mariana	Reconheceu que é complexo agradar todos. Verificou que o Plano de Bairro está sendo negligenciado. Demanda que seja articulada a criação dos Planos de Bairro. Afirma entender que as Subprefeituras também estão de mãos atadas, atuando como mera zeladora do território. Acrescenta que a participação popular perdura por meio dos planos de bairro, uma vez que ninguém melhor do que quem vive o bairro para buscar melhores soluções com o poder público.
10	João Moreirão Conselheiro da FACESP, Conselheiro Participativo Municipal da Casa Verde/ Limão/ Cachoeirinha, membro do CMPU pela Macrorregião Norte 2	Fala sobre a gentrificação produzida pelas obras do metrô, esclarecendo que todas as obras do metrô impactaram de forma negativa nesse aspecto - excetuada a estação de Higienópolis. Comentando a fala do Sr. José Armênio, que anteriormente disse que PPP é apenas uma das formas de promover habitação, esclareceu que em sua opinião o problema é que é um instrumento equivocado, deixa 6.000 (seis mil) famílias sem casa e constrói 3000 (três mil) moradias no lugar, por isso avalia que esse mecanismo não está sendo interessante. Fala que o Prefeito prometeu após incêndio, em uma determinada favela, que as famílias receberiam auxílio aluguel até serem construídas as moradias. Vai ter uma revolta na região, PPP ali não vai funcionar, pois as famílias estão fragilizadas e não conseguem acessar o mercado de habitação. Reforça que o instrumento é aplicado de forma equivocada, em lugares que essa solução não cabe, agravando então o problema da habitação. Reforça que as famílias daquele local vão ficar excluídas da proposta que está sendo estudada. Reivindica o fortalecimento dos Conselhos, sendo fundamental para ter um debate mais salutar entre população e o executivo, e que o fortalecimento das Subprefeituras igualmente é essencial, estando atualmente, reduzidas à zeladoria urbana.